

GESTÃO DO PATRIMÓNIO E ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES. O PLANO DE GESTÃO PARA A CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS MONUMENTOS DA ROTA DO ROMÂNICO

TERESA CUNHA FERREIRA*

Resumo: A Rota do Românico constitui um processo exemplar em Portugal no que respeita às estratégias de gestão e à salvaguarda do património cultural, beneficiando do sistema de rede e da economia de escala, em estreita articulação com o desenvolvimento local integrado. O Plano de Gestão para a Conservação e Valorização dos Monumentos da Rota do Românico é uma ferramenta de gestão e conservação preventiva que tem como objetivos otimizar o planeamento dos recursos (reduzindo os custos de intervenção a médio e longo prazo), maximizar a preservação dos valores patrimoniais (garantindo a qualidade do produto turístico), bem como potenciar o envolvimento, capacitação e qualificação das comunidades e agentes locais para a futura salvaguarda e sustentabilidade deste património.

Palavras-chave: Gestão; Manutenção; Prevenção; Património; Rota do Românico.

Abstract: *Rota do Românico* is an exemplary experience as far as management and safeguard strategies are concerned, benefiting from a network system and economies of scale, aiming to strengthen local communities through an endogenous and integrated form of development. The Management Plan for the Conservation and Valorization of the Monuments of Rota do Românico is a management tool for preventive conservation that aims at the optimization of resources' management (reducing costs of intervention in mid and long term perspective), the maximization of heritage preservation (sustaining the quality of the touristic offer), as well as the improvement of the participation, empowerment and qualification of local stakeholders and communities for the future safeguard and sustainability of this important heritage.

Keywords: Management; Maintenance; Prevention; Heritage; Rota do Românico.

* Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo. tferreira@arq.up.pt.

1. INTRODUÇÃO

Como refere Álvaro Siza,

é grave [o] hábito que se perdeu de manutenção das casas. No fundo é um problema cultural. Enquanto não se criar um ambiente como existe, por exemplo na Holanda: quando chega a Primavera, só se vê gente a pintar janelas, portas, rebocos. (...) Se fosse possível que o dinheiro fosse canalizado para meios, hábitos [e] cultura de manutenção, o problema seria muito menor¹.

De facto, o contexto actual de vulnerabilidade económica, a saturação ecológica e o excedente de construções (grande parte das quais estão devolutas, degradadas ou obsoletas) exigem uma abordagem cuidadosa na gestão do construído. Neste sentido, é hoje determinante a implementação de estratégias de conservação preventiva e manutenção de edifícios, que potenciam uma melhor gestão dos recursos, permitem prevenir riscos e danos, garantindo o bom funcionamento dos edifícios e a preservação da sua autenticidade e valor arquitectónico assegurando, assim, uma transmissão mais sustentável às gerações futuras.

Deste modo, um dos actuais desafios da reabilitação consiste na implementação de hábitos e práticas de conservação preventiva e de manutenção, passando de uma filosofia de actuação reactiva (pós-dano), para uma filosofia de prevenção (pré-dano) e de cuidado continuado ao longo do tempo.

Importa, todavia, diferenciar as estratégias de manutenção quando aplicadas a edifícios com valor patrimonial, na medida em que a resposta a eventuais requisitos de desempenho e eficiência (que preveem substituições cíclicas) devem ser ponderadas em função dos critérios de autenticidade e integridade do património arquitectónico ou móvel.

Em contexto internacional, destacam-se algumas medidas neste âmbito, como a criação da *UNESCO chair in Preventive Conservation, Monitoring and Maintenance of Monuments and Sites* (PRECOMOS)² ou experiências no âmbito da conservação preventiva e da manutenção de edifícios com valor patrimonial: no Reino Unido a *Society for protection of Ancient Buildings* que, sob o lema do seu fundador William Morris «stave off decay by daily care»³ tem desenvolvido um trabalho exemplar neste campo; os programas de *Conservazione Programmata* na Lombardia⁴; ou ainda o *Monumentenwachten*, organização independente e sem fins lucrativos, fundada na Holanda (1973) e na Bélgica (1991) – cujo modelo se estende posteriormente a

¹ SIZA, 2002: 20.

² VAN BALLEN & STULENS, 2010.

³ MORRIS, 1877.

⁴ DELLA TORRE, 2003.

outros países europeus (Alemanha, Dinamarca, Hungria, Eslovénia, entre outros) – que se ocupa, em escala nacional ou regional, de actividades de inspecção e manutenção destinados à preservação do património arquitectónico⁵. O seu lema, «Prevention is better than cure», não deixa dúvidas de que

a prevenção é a melhor forma de conservação. Se as causas da degradação forem eliminadas, ou pelo menos minimizadas, um grande feito foi conseguido⁶.

A palavra manutenção vem do latim *manu-tenere* (que se poderia traduzir por “ter na mão”) e remete seja para um cuidado e vigilância contínuos, seja para um trabalho manual, intrinsecamente ligado ao homem e à sua acção. Uma “cultura da manutenção”, que sempre existiu na história da construção, reflectindo-se num acto cultural assimilado e transmitido de geração em geração. Seria a industrialização da construção a inverter a relação entre os custos da mão-de-obra e dos materiais, incentivando uma prática de substituição em detrimento da reparação ou manutenção.

Em Portugal, o termo “manutenção” é geralmente usado de forma abrangente e entendido como o “conjunto de operações preventivas destinadas a manter em bom funcionamento, quer uma edificação como um todo, quer cada uma das suas partes constituintes”⁷. Nesse sentido, podem distinguir-se vários tipos de manutenção: ‘manutenção preventiva ou predictiva’ (controles e acções preventivas), ‘manutenção condicionada’ (acções pós-sintomas) e ‘manutenção curativa ou correctiva’ (acções pós-dano)⁸. Por seu lado, o ciclo produtivo da manutenção, geralmente divide-se em três fases: Instrutória (recolha de informação, bases de dados, diagnóstico), Programática (calendarização das inspecções, controles e reparações, através de manuais técnicos e de utilização) e Actuativa (execução de acções que podem ir desde a limpeza, à inspecção visual, medições e ensaios, acções de pequena reparação ou substituição, instruções de utilização)⁹. Importa ainda referir que os Planos de Manutenção são instrumentos dinâmicos e em contínua actualização.

É, assim, muito abrangente o campo da manutenção, englobando um vasto conjunto de operações, directas ou indirectas, mais simples ou qualificadas, variáveis também na sua periodicidade (diária, semanal, mensal, semestral, plurianual) ou em função das estações do ano¹⁰.

⁵ LIPOVEC & VAN BALLEEN, 2010.

⁶ FEILDEN & JOHKILETHO, 1998.

⁷ HENRIQUES, 1991.

⁸ AGUIAR *et al.*, 2006.

⁹ FLORES-COLLEN & BRITO, 2003.

¹⁰ CÓIAS, 2004.

No âmbito de investigação em curso, tem vindo a ser desenvolvida uma metodologia de implementação de estratégias de manutenção¹¹ (planos de manutenção) em edifícios com valor patrimonial. Esta metodologia pressupõe dois níveis de intervenção: (1) nos imóveis, através do planeamento e operacionalização de rotinas de inspeção, monitorização e manutenção; (2) nos utilizadores, promovendo o seu envolvimento nos processos de manutenção, na convicção de que apenas com a participação, capacitação e educação das comunidades, se poderá garantir a manutenção quotidiana e uma efectiva sustentabilidade futura do património edificado.

Deste modo, para além dos manuais técnicos, sublinha-se também a relevância da participação dos utilizadores na manutenção de edifícios, no sentido de evitar modos de uso impróprios, prevenir situações de risco e colaborar nas acções de manutenção quotidianas (limpeza, controle de ventilação, sombreamentos, etc.).

Deste ponto de vista, a sociedade civil tem um papel importante na preservação do património, podendo contribuir para um desenvolvimento mais sustentável e culturalmente integrado. De facto, só com o envolvimento das comunidades locais conseguiremos entender, como refere Carlos Alberto Ferreira de Almeida, o “Património como valor de identidade e de memória de uma comunidade e, sobretudo, o de Património como qualidade de vida” adquirindo, progressivamente, maior importância e atenção¹².

Fig. 1.
Fotografia da Oficina
“JANELAS com TINTA
têm muito + PINTA”, 12
de Setembro de 2012 (org.
ICOMOS-Portugal/ CEAU-
FAUP/ IC-FEUP – Teresa C.
Ferreira, Esmeralda Paupério,
Domingas Vasconcelos,
Francisco Sousa Rio e Xavier
Romão).



¹¹ Investigação em curso por Teresa Cunha Ferreira sobre “Implementação de metodologias e estratégias de conservação preventiva e manutenção em edifícios com valor patrimonial”, CEAU-FAUP. Cfr., entre outros: FERREIRA, 2015: 23-30. Esta metodologia assenta na utilização de um software e bases de dados informatizadas (que facilitam também a gestão), permitindo sistematizar procedimentos (centralizando informação, garantindo a sua integridade e, por outro lado, reduzindo ambiguidade, sobreposição ou dispersão de informação), bem como realizar planos de manutenção.

¹² ALMEIDA, 1998.

2. PLANO DE GESTÃO PARA CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS MONUMENTOS DA ROTA DO ROMÂNICO

A Rota do Românico constitui um processo inovador e exemplar em Portugal no que respeita às estratégias de gestão e à salvaguarda do património cultural, em estreita articulação com o desenvolvimento regional integrado. Este projecto apoia-se numa estratégia de gestão, que beneficia do sistema de ‘rede’ e da economia de escala, tornando-se assim atractivo para os turistas e os investidores. Deste modo, propõe uma modalidade de salvaguarda que supera os modelos tradicionais (individuais, passivos e normativos), tornando-se um instrumento ‘pró-activo’, gerador de sinergias e de progresso sociocultural no território¹³.

Desde 2003, com o apoio de financiamento europeu, foi possível intervir em mais de 30 monumentos de 12 municípios do Vale do Sousa e do Baixo Tâmega, contemplando diferentes tipologias como mosteiros, igrejas, pontes, torres, memoriais e um castelo. Perante a progressiva restrição dos fundos para a salvaguarda patrimonial, a administração da Rota do Românico tem vindo a ser cada vez mais sensível à necessidade de implementação de estratégias de prevenção e manutenção programada após as intervenções de reabilitação.

O Plano de Gestão para Conservação e Valorização dos Monumentos da Rota do Românico é uma ferramenta de gestão e conservação preventiva que tem como objectivos otimizar o planeamento dos recursos (reduzindo significativamente os custos), maximizar a preservação da autenticidade, garantir a qualidade do produto turístico, potenciar o envolvimento e a capacitação, promovendo assim uma continuada salvaguarda e a auto-sustentabilidade deste património.

Tratando-se de um projecto-piloto propôs-se a implementação do Plano de Gestão, numa primeira fase, em 12 imóveis, um de cada tipologia identificada no Sousa e no Tâmega (mosteiro, igreja, torre, ponte, memorial e castelo) e com uma dimensão média (dentro da categoria correspondente), de forma a testar metodologias e estimar custos aproximados da manutenção programada nesses imóveis¹⁴. Por outro lado, definiu-se ainda um critério geográfico, ou seja, que cada concelho tivesse apenas um imóvel-piloto, com o intuito de distribuí-los equilibradamente pelo território.

¹³ FERREIRA, 2011.

¹⁴ Os imóveis seleccionados foram a Igreja do Mosteiro de Ferreira (Paços de Ferreira), a Ponte de Espinho (Lousada), a Torre de Aguiar de Sousa (Paredes), a Igreja de S. Mamede de Vila Verde (Felgueiras) a Igreja de S. Gens de Boelhe (Penafiel), o Marmoiral do Sobrado (Castelo de Paiva), o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere (Resende), a Igreja de Telões (Amarante), a Ponte do Arco (Marco de Canaveses), a Igreja de São Cristóvão de Nogueira (Cinfães), a Igreja do Mosteiro de Ancede (Baião), o Castelo de Arnóia (Celorico de Basto).

Seguindo a metodologia anteriormente indicada – ou seja, através de dois níveis complementares de acção, (I) nos imóveis e (II) nos utilizadores – a implementação do projecto-piloto seguiu o seguinte faseamento: (1) uma ‘fase instrutória’ de reunião de informação, definição metodológica e criação de bases de dados informatizadas; (2) uma segunda ‘fase programatória’, de concepção e desenvolvimento de Planos de Manutenção; (3) uma terceira ‘fase actuativa’ que respeita à implementação prática dos Manuais de Manutenção e dos Manuais de Utilização através de obras de conservação e acções de formação; por fim, (4) uma última ‘fase de balanço’ e actualização. Estas fases são assessoradas por uma equipe multidisciplinar¹⁵ (arquitetura, engenharia de estruturas, conservação e restauro).

Para uma gestão integrada da informação desenvolveu-se uma base de dados operacionalizada através de um software e App (“MPlan”), que permite, entre outros aspectos, sistematizar procedimentos, realizar estimativas orçamentais e elaborar Planos de Manutenção.

Os ‘Manuais de Utilização’ são os documentos destinados aos gestores e aos utentes que lidam regularmente com o imóvel, incluindo recomendações sobre verificação e sinalização de ocorrências, modalidades de uso correcto, limpeza ou pequena reparação. Estes documentos têm uma linguagem acessível, são ilustrados e existem duas versões: uma para os gestores e outra mais simplificada e ilustrada para os cuidadores, consistindo numa espécie de ‘livro de instruções’ ou ‘manual de boas práticas’.

Paralelamente, considerando a importância do envolvimento, qualificação e capacitação de agentes e utilizadores, foram desenvolvidas acções de boas práticas; (1) ‘acções técnicas’, destinadas a técnicos e a empresas de construção local; (2) ‘acções de boas práticas’, direccionadas para os utilizadores quotidianos, englobando gestores (párocos ou juntas de freguesia), cuidadores, zeladores ou membros de comissão fabriqueira.

Por fim, do que foi dito, reforçam-se as vantagens da implementação do Plano Gestão para Conservação e Valorização dos Monumentos, seja a nível do controle e racionalização dos custos, seja na maximização da preservação dos valores patrimoniais (incrementando o valor cultural e turístico, e conseqüentemente económico), ou ainda na criação de emprego local (pequenas empresas locais na manutenção), no envolvimento das comunidades, e deste modo, na capacitação e qualificação

¹⁵ Concepção e coordenação: Arq.^a Teresa Cunha Ferreira; colaboração na 1ª fase de implementação (12 imóveis piloto, 2014/15): Arq.s Joana Gonçalves, Paulo Mendes e Margarida Ramos; assessorias: Eng^a Esmeralda Paupério, Dr. Jaime Duarte e Eng^o Filipe Ferreira (AOF). 2ª fase (2017/2018): Marta Ferreira. Um agradecimento à cooperação da Rota do Românico, em particular, da Dr^a Rosário Machado e dos Eng^{os} Ricardo Magalhães, Nelson Antunes e Vítor Marinho.

dos agentes e utentes locais, para a futura salvaguarda e sustentabilidade do seu património. Assim, importa sublinhar que

As comunidades locais, a sociedade civil e os representantes eleitos a nível local e nacional, desempenham um papel chave no património como motor de desenvolvimento e, através da sensibilização para o património, serão preponderantes no processo de desenvolvimento¹⁶.



Fig. 2. Fotografia de ‘acção técnica’ para técnicos e empresas de construção civil (Igreja de Telões, 17 de Julho de 2015).



Fig. 3. Fotografia de Acção de ‘boas práticas’ para cuidadores, zeladores e utilizadores (Igreja de São Martinho de Soalhães, 20 de Julho de 2017).

3. NOTA FINAL E QUESTÕES EM ABERTO

A actual diminuição dos recursos económicos e ambientais disponíveis, aliada aos efeitos de uma globalização fortemente marcada pela industrialização e estandarização, desencadeiam instabilidade nas sociedades humanas e no seu património construído. Estas novas condições apontam para uma mudança de paradigma nas medidas de salvaguarda e conservação patrimonial, afetada também pela presença

¹⁶ ICOMOS, 2011.

de diferentes ‘valores’ – como o económico, o ecológico, o social, o político, entre outros¹⁷. Neste contexto, a prevenção e a manutenção surgem como estratégias de reequilíbrio, sistematização e integração com grande potencial aplicativo, não só nos edifícios, mas também no espaço público e infra-estrutural, nas cidades, na paisagem e no território.

Como se apontou, são muitas as vantagens da implementação de estratégias de prevenção e de manutenção: na gestão dos recursos, na promoção de sustentabilidade (ambiental, económica, cultural e social), na garantia do bom funcionamento e na preservação dos valores patrimoniais da obra, assim como no envolvimento e capacitação das comunidades locais. Por outro lado, importa reforçar ainda o seu potencial aplicativo ao património corrente, como estratégia de conservação sistematizada do construído não classificado nem apoiado por fundos específicos.

No entanto, está ainda longe de se verificar a sua plena aplicabilidade. Este é antes de mais um problema cultural, de falta de transmissão de conhecimentos, de ausência de instrumentos legislativos, ou ainda de falta de mão-de-obra qualificada. Por outro lado, tratando-se geralmente de intervenções discretas, pouco dispendiosas e menos mediáticas são pouco apelativas para os políticos, investidores e técnicos envolvidos, que tendem a privilegiar as intervenções de maior impacto e visibilidade. Por fim, aponta-se a dificuldade de antecipação de fundos para a prevenção, o escasso enquadramento legal aplicável, bem como a ausência de incentivos legais ou fiscais especificamente direccionados. Assim, no contexto português encontram-se ainda pouco definidos o seu enquadramento, modalidades e instrumentos¹⁸, seja no sector da construção em geral, seja no do edificado com valor patrimonial.

Neste quadro, ficam em aberto algumas questões: Qual o papel das instituições, públicas ou privadas, e da sociedade civil na definição de estratégias de prevenção e manutenção do construído? Quais os instrumentos para a sua aplicabilidade, nomeadamente no edificado com valor patrimonial? Quais os fundamentos de uma cultura contemporânea da manutenção?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1998) – *Património. O seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Etnos.
CALEJO, Rui (2009) – *Manutenção de Edifícios*. Porto: FEUP.

¹⁷ RODERS, 2007.

¹⁸ CÓIAS, 2004.

- CÓIAS, Vitor (2004) – *Guia prático para a conservação de imóveis: manual para a utilização durável e económica da habitação, através de uma adequada manutenção*. Lisboa: Dom Quixote.
- DELLA TORRE, Stefano *et al.* (2003) – *La conservazione programmata del patrimonio storico architettonico- Linee guida per il piano di manutenzione e il consuntivo scientifico*. Milano: Guerini e Associati.
- FEILDEN, Bernard; JOKILETHO, Jukka (1998) – *Management guidelines for world cultural heritage sites*. Roma: ICCROM.
- FERREIRA, Teresa Cunha (2011) – *Rota do Românico: un processo innovativo nel contesto portoghese*. In *Atti del XXVI Convegno Scienza e Beni Culturali – Governare l'innovazione: processi, strutture, materiali e tecnologie tra passato e futuro*. Venezia: Arcadia, p. 489-500.
- (2012) – *Prevenção e Manutenção. Conceitos e aplicações. Estudo de caso: a Rota do Românico no norte de Portugal*. In *Comisión Organizadora del PATORREB 2012- 4.º Congreso de Patología y Rehabilitación de Edificios – Patorreb* (Santiago de Compostela, 2-14 Abril, 2012), Colexio Oficial de Arquitectos da Galiza, 6 p.
- (2014) – *Towards maintenance: concepts and Portuguese experiences*. In LIRA, Rogério; PINHEIRO, Cristina, coord. – *REHAB 2014 – International Conference on Preservation, Maintenance and Rehabilitation of Historic Buildings and Structures*. Barcelos: Greenlines Institute, p. 161-168.
- (2015) – *Manutenção de edifícios com valor patrimonial. O caso do Plano de Manutenção dos Monumentos da Rota do Românico*. In ALMEIDA, Vitor Abrantes *et al.*, coord. – *Manutenção de Edifícios: Perspetiva Multidisciplinar*. Porto: GEQUALTEC, p. 23-30.
- FLORES-COLLEN, Inês; BRITO, Jorge (2003) – *Planos de Manutenção Pro-activa em Edifícios recentes*. In FREITAS, Vasco Peixoto de; SOUSA, Mário, coord. – *3º ENCORE – Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios*, LNEC, Lisboa, p. 1-10.
- HENRIQUES, Fernando (1991) – *A conservação do património histórico edificado*. Lisboa: LNEC.
- ICOMOS (2011) – *Paris Declaration on heritage as a driver of development*. Paris. UNESCO.
- LIPOVEC, Neza; VAN BALLEEN, Koenraad (2010) – *Tra prevenzione e manutenzione: i “Monumentenwatchen*. In *Atti del XXVI convegno internazionale Scienza e Beni Culturali– Pensare la prevenzione, manufatti usi ambienti*. Venezia: Arcadia.
- MORRIS, William (1877) – *Manifest of the Society for protection of Ancient Buildings*. London: SPAB.
- PINHO, Ana; PAIVA, José e; AGUIAR, José (2006) – *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*. Lisboa: INH e LNEC, 2 vol.
- RODERS, Ana (2007) – *Re-architecture*. Eindhoven: Eindhoven University of Technology. Tese de Doutoramento.
- SIZA, Álvaro (2002) – *Recuperação e Manutenção*. In COSTA, Aníbal *et al.* coord. – *A intervenção no património. Práticas de conservação e reabilitação* livro de Actas de Conferência Nacional. Porto: FEUP.
- VAN BALLEEN, Koenraad; STULENS, Anne (2010) – *Current Preventive Conservation Approach: the Precomos Unesco Chair’s perspective*. Washington.

